



A Fundação Libertas e o ISSQN

Para entender o caso

Data	O quê	Descrição
Janeiro/2012	A autuação	Prefeitura de Belo Horizonte autuou a Fundação Libertas pelo não recolhimento de ISSQN referente ao período novembro/2006 a fevereiro/2011
	A alegação do fisco	As atividades da Libertas estão sujeitas ao pagamento de ISSQN
	A defesa da Libertas	A administração de planos de previdência e de autogestão em saúde não tem fins lucrativos e os recursos são dos próprios participantes, entre outras justificativas
	Empresa contratada para a defesa	Junqueira de Carvalho & Murgel Advogados Associados - JCMB, escritório especializado no segmento das entidades fechadas de previdência complementar. Dra. Maria Inês Murgel foi a advogada responsável pelo processo
Maio/2015	1ª Instância	Libertas não obteve êxito nesse julgamento
	O recurso	Após a Fundação ter recorrido da decisão, o julgamento ficou suspenso até início de 2016
	Recurso no CART (2ª Instância)	O processo chega à 2ª Câmara de Recursos Tributários (CART), composta de 6 conselheiros (3 representantes do fisco municipal e 3 representantes dos contribuintes)
Março a maio/2016	Julgamento	Foram 6 sessões de julgamento, iniciado em 16 de março de 2016. A última sessão foi realizada em 4 de maio. Em todas as sessões, a Libertas esteve representada pelo diretor-presidente da Libertas, Edevaldo Fernandes da Silva, pela gerente Jurídica da Fundação, Dra. Ayesha Salles, e pela Dra. Maria Inês Murgel, do escritório JCMB
4 de maio	Acórdão	Por 4 x 2 votos, o recurso da Libertas foi acatado pela CART. Dentre os votos favoráveis, o do conselheiro relator do processo, representante dos contribuintes, e do conselheiro presidente da Câmara, que representa o fisco municipal